



Cotas universitárias e afirmação da identidade racial*

University quotas and the affirmation of racial identity

Gabriel Gustavo dos Santos¹

Maria Nilza da Silva²

Alexsandro Eleotério Pereira de Souza³

Mariana Aparecida dos Santos Panta⁴

Resumo: Este artigo discute os impactos subjetivos do acesso à universidade via cotas no desenvolvimento de uma identidade racial afirmativa entre estudantes negros e indígenas. Para isso, baseia-se em entrevistas realizadas em uma pesquisa de mestrado que investigou os laços de sociabilidade entre cotistas e não cotistas na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Dos 21 depoimentos, selecionamos três específicos, de dois jovens negros e uma estudante indígena, que ingressaram na UENP por cotas, escolhidos pela riqueza de detalhes e por refletirem elementos comuns a outros relatos. A pesquisa revelou que as cotas tendem a favorecer a criação um ambiente universitário mais propício à contestação identitária, promovendo uma identidade mais afirmativa e desafiando a visão pejorativa socialmente atribuída a esses sujeitos, ao ampliar o acesso de negros e indígenas a esse espaço.

Palavras-chave: UENP. Cotas. Racismo. Identidades. Subjetividades.

Abstract: This article discusses the subjective impacts of university access through affirmative action policies on the development of a positive racial identity among Black and Indigenous students. It is based on interviews conducted in a master's research project that investigated the social ties between affirmative action students and non-affirmative action students at the Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). From the 21 collected testimonies, we selected three specific ones, from two Black youths and one Indigenous student who entered UENP through affirmative action, chosen for the richness of details and for reflecting elements common to other accounts. The research revealed that affirmative action tends to create a university environment more conducive to identity contestation, promoting a more affirmative identity and challenging the socially attributed pejorative view of these subjects, by expanding access for Black and Indigenous individuals to this space.

Keywords: UENP. Quotas. Racism. Identities. Subjectivities.

¹ Doutorando em Sociologia pela UEL. Membro do Laboratório de Estudos Afro-brasileiros e Africanos (Leafro) da UEL. É pesquisador colaborador do SoU_Ciência. E-mail: gabrielsantosps50@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2091-2712>.

² Professora Titular de Sociologia na UEL. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Coordenadora do Leafro. É pesquisadora do SoU_Ciência. E-mail: mnilza@uel.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8596-4965>.

³ Professor dos cursos de Ciências Sociais da UEL e Unespar. Doutor em Ciências Sociais pela Unesp (2019) e em Política Social na UEL (2018). Membro do Leafro. É pesquisador colaborador do SoU_Ciência. E-mail: alex.eleoterio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4201-8447>.

⁴ Professora Adjunta de Sociologia da UFBA. Doutora em Ciências Sociais pela Unesp. Membro do Laboratório de Leafro. É pesquisadora colaboradora do SoU_Ciência. E-mail: marianasantospanta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5476-3546>.

* Artigo recebido em 24 de outubro de 2024. Aceito para publicação em 15 de dezembro de 2024.

Introdução

Neste artigo objetivamos discutir os impactos subjetivos do acesso à universidade por intermédio da política de cotas no que se refere ao desenvolvimento de uma identidade racial afirmativa por parte dos estudantes. Para tal, recorreremos às entrevistas realizadas em uma pesquisa de mestrado⁵ que buscou compreender os laços de sociabilidade entre estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Dos 21 depoimentos coletados, selecionamos três em específico, de dois jovens negros e uma estudante indígena que ingressaram na instituição mencionada por meio da política de cotas. A escolha por esses sujeitos se deu em virtude da riqueza de detalhes em suas falas e por reunirem elementos presentes também em outros relatos. O argumento defendido neste artigo, e que será evidenciado a partir dos discursos dos estudantes, é o de que as cotas criam um ambiente propício para contestação em torno da identidade e no investimento de uma identidade diferente daquela atribuída socialmente de forma pejorativa ao aumentar o acesso de indivíduos negros e indígenas a esse espaço.

Com relação à metodologia utilizada para a coleta de dados, utilizamos a entrevista em profundidade. Os entrevistados se disponibilizaram em participar espontaneamente após a divulgação da pesquisa em suas respectivas turmas/cursos. Como se trata de entrevistas com uma grande duração de tempo, este artigo reflete sobre parte daquilo que foi compartilhado, contextualizando sobre os participantes e refletindo sobre o objetivo acima referido a partir dos relatos dos estudantes. Desse modo, a análise será conduzida mediante a mobilização de referenciais que discutam sobre os conceitos de identidade e racismo.

Almejamos com este trabalho contribuir com o campo de estudos que se dedica a pensar sobre as ações afirmativas, mais especificamente, a política de reservas de vagas nas universidades para grupos marginalizados e sua capacidade de proporcionar o desenvolvimento subjetivo dos estudantes. Para refletir a respeito do assunto, utilizamos como referencial teórico sobre identidade principalmente o estudo de Kathryn Woodward (2012). Concernente à questão da identidade racial e racismo, recorreremos especialmente às contribuições de estudiosos como Guerreiro Ramos (1995), Neusa Souza Santos (1983) e Kabengele Munanga (1999).

O artigo está dividido em quatro tópicos principais, no primeiro é realizada uma breve contextualização sobre o conceito de identidade e o modo como o racismo interfere na sua construção. Na sequência, são expostos os relatos dos entrevistados selecionados sobre como as experiências de racismo impactaram negativamente em suas subjetividades e, conseqüentemente, na formação de suas iden-

⁵ A pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética das instituições envolvidas. O número de identificação dos pareceres para consulta é, respectivamente: 5.262.979 e 5.375.655.

tidades raciais e logo em seguida os relatos são analisados. Por fim, evidenciamos como os depoimentos dos estudantes destacam os efeitos positivos da universidade em suas subjetividades, revelando como o ambiente influenciado pelas cotas contribuíram para a contestação das identidades negativas que lhes foram atribuídas e influencia a maneira como agora encaram suas identidades raciais de maneira afirmativa, não mais as negando.

Breves notas sobre o conceito de identidade

Conforme Kathryn Woodward (2012) argumenta, a identidade é um conceito relacional, ou seja, ela não existe isoladamente, mas é moldada por meio de relações e interações com o ambiente e com os outros. Nesse sentido, a ideia de diferença é fundamental para a compreensão desse conceito, pois para que uma identidade exista, é necessário que ela se defina a partir de uma “marcação simbólica” enquanto elemento identificador e, ao mesmo tempo, diferenciador de outras identidades.

No decorrer da história, a identidade tem sido interpretada a partir de duas principais correntes de pensamento distintas e antagônicas: a dos essencialistas e a dos não-essencialistas. Os primeiros tendem a enxergar a identidade como sendo estática e imutável, estabelecendo interpretações deterministas sobre a História, a Cultura e alguns estudos do campo da Biologia (Woodward, 2012). Por outro lado, uma visão não-essencialista da identidade se opõe à ideia de que as identidades são fixas, imutáveis e fundamentadas em características inerentes e permanentes (Hall, 2006). Nesse contexto, uma abordagem não-essencialista enfatiza a fluidez, a complexidade e a natureza dinâmica das identidades. Em vez de definir uma identidade com base em características essenciais e imutáveis, ela tende a considerar os processos de contestação, negociação e investimento em torno das identidades, os quais abordaremos posteriormente nos relatos dos estudantes. Por isso, ao analisar como a identidade de um grupo é constituída, torna-se essencial compreender a dinâmica de poder entre os grupos distintos, bem como compreender quais os discursos utilizados para a sua legitimação, principalmente nos casos em que a identidade é formada a partir de referenciais depreciativos.

As identidades, segundo Woodward (2012, p. 7), “(...) adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”. Assim, o entendimento que temos sobre a identidade está relacionado aos sistemas classificatórios que organizam a vida social e estabelecem ao menos dois grupos em oposição: “nós e eles”, ou melhor dizendo, “nós *sobre* eles”, dado que as práticas de significação estão perpassadas por relações de poder. Além da dimensão simbólica mencionada, a identidade também comporta uma dimensão social que diz

respeito às práticas e processos interacionais que são definidos pela primeira e que produzem efeitos práticos na vida das pessoas como, por exemplo, definir “quem é excluído e quem é incluído” (Woodward, 2012, p. 19).

Essa ponderação é particularmente pertinente em nosso contexto, uma vez que nossa ênfase recai sobre a análise da identidade racial, ou seja, na compreensão da identidade que cada indivíduo tem em relação ao grupo racial do qual faz parte. Dessa forma, ao falar de identidades raciais no Brasil, é indispensável abordar também o contexto assimétrico de poder entre os diferentes grupos. Segundo Octávio Ianni (2004), o fenômeno de racialização dos grupos só existe porque é “criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e processos de dominação e apropriação” (Ianni, 2004, p. 23), estando relacionada, portanto, a questões de ordem política, econômica e cultural. Embora as raças não existam senão enquanto construções sociais que não tem correspondência na realidade biológica, pois existe apenas uma raça, a humana, elas ainda assim têm implicações concretas na vida dos diferentes grupos raciais. Desse modo, o sociólogo explica que é por meio da interação social, fundamentada na assimetria de poder entre os grupos, que as diferenças naturais entre eles – a cor da pele, a origem ou a cultura –, transformam-se em estigmas e, conseqüentemente, em instrumentos de dominação social (Frantz Fanon, [1956] 2018; Quijano, 2005; Wiewiorka, 2007). Todavia, Guerreiro Ramos (1995), ao abordar o modo distorcido como o indivíduo negro é visto socialmente, explica que isto não é decorrência de uma inferioridade natural, conforme muitos intelectuais essencialistas tentaram enfatizar (Schwarcz, 1993; Munanga, 1999), mas sim do desejo do grupo branco-dominante de manter seus privilégios e domínios material e simbólico sobre os demais. O grupo branco, ao se expandir territorialmente por meio de invasões, subjugou não apenas o corpo, como também a mente dos indivíduos, difundindo valores que legitimam sua supremacia, como por exemplo, idealizando a “brancura” como “símbolo do excelso, do sublime, do belo” (Ramos, 1995, p. 241).

Ao longo do artigo, portanto, buscaremos evidenciar justamente como o valor da identidade é cambiante e influenciado pelo ambiente, mas antes, precisamos entender como os sujeitos da pesquisa tiveram suas subjetividades distorcidas e, conseqüentemente, sua identidade racial prejudicada pelo racismo para, em seguida, compreender como eles lidam atualmente com elas. A seguir serão expostos três breves relatos de estudantes sobre sua trajetória e o modo como eles tiveram sua identidade fragmentada.

Os sujeitos da pesquisa

Laura⁶, de 19 anos, cursa Direito e, devido às dificuldades para equilibrar trabalho e estudos, vê as cotas como fundamentais para realizar seu sonho: “quem discorda disso nunca soube o que é ter um dia super cansativo no trabalho, ter que chegar em casa em menos de 30 minutos, trocar de roupa, pegar van e ir pra escola tentar estudar (...) as cotas representam muito pra mim. Se não fosse por elas, eu não estaria na faculdade”. Seu processo de aceitação racial foi doloroso, marcado por negação devido ao racismo: “Até eu me aceitar negra foi um processo... Na verdade, eu acho que a gente sempre se entende [como negro], mas quando eu era menor, eu via muito racismo na minha escola, então primeiro tem o estágio da negação. Eu só me neguei porque tinha muito racismo e eu não queria ser *aquilo*, tanto que eu alisei meu cabelo, eu tentava – quando fazia maquiagem – afinar meu nariz, eu fazia essas coisas justamente por medo da rejeição, porque na minha escola tinha muito racismo quando eu era menor. Eu pensava: ‘Ah, eu não sou! Eu não quero ser!’”.

Júnior, de 23 anos, estudante de História, também ingressou na universidade por meio das cotas. Criado pela avó após perder os pais, teve que trabalhar desde cedo para ajudar a sustentar a família. Sua trajetória acadêmica foi interrompida por três anos e retomada após o nascimento de sua filha, quando percebeu que os estudos poderiam melhorar sua vida. Sobre sua experiência, ele relata: “Eu vim de uma experiência bem típica: perdi meus pais muito cedo, fui criado pela minha avó... Quando eu era mais jovem eu não tinha muitos recursos financeiros e então a vida vai te levando a caminhos diferentes daquilo que você imaginava”. Ele também relatou que nem sempre lidou bem com sua identidade racial, especialmente devido ao racismo enfrentado na escola: “Ah, cara, eu me vejo negro... Eu tinha muito preconceito com meu cabelo, com a questão de ser negro, por conta daquilo que hoje em dia é considerado *bullying*. No passado, a gente via isso como zoeira, sabe? Vou usar esse termo. Eu tentava não ligar, mas aquilo me machucava. Então com o passar do tempo a gente percebe que não era só uma brincadeira”.

Janaína, 25 anos, também cursa História e precisou interromper seus estudos universitários em 2017 devido a problemas pessoais e financeiros, mas retornou motivada por um novo futuro para sua filha. Ela trabalha desde os 13 anos para ajudar sua mãe, uma quituteira, o que afetou seu desempenho escolar. Sobre o modo como lida com sua identidade, afirmou: “A questão da identidade é bem recente para mim. Eu acho que falo abertamente apenas há uns três anos... Mas a gente [familiares mais próximos] sempre soube que vinha de uma família indígena. Nós sabemos que somos Guarani Nhandeva... só que a minha família passou

⁶ Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos.

por um processo de embranquecimento, como muitas outras famílias dentro desse contexto. Então não são todos nós que temos essa consciência de ancestralidade, que são ligados à cultura. Nenhum de nós domina a língua porque isso se perdeu, mas tem-se uma consciência dentro da minha família de que nós temos essa descendência, mesmo que eles queiram ocultar”.

O racismo e fratura na identidade: criando uma autoimagem distorcida

Os relatos evidenciados acima, apesar de trazerem dilemas parecidos, apontam para elementos diferentes de uma mesma questão: o modo como o racismo interfere na subjetividade e, conseqüentemente, na construção da identidade racial. Dentre os elementos que os unem, está o fato de que todos são de origem social humilde e que tiveram de trabalhar desde cedo para contribuir com a renda familiar; todos foram criados por mulheres fortes que, a despeito de todas as adversidades, lutaram para que eles estudassem, incentivando-os; todos fizeram uso de cotas e, no momento das entrevistas, estavam passando por dificuldades de permanência na instituição por conta de problemas financeiras; e o ponto principal: todos, em algum momento de suas vidas, especialmente durante o período da infância e adolescência, tiveram suas subjetividades afetadas pelo racismo e negaram por muito tempo suas identidades raciais.

Os relatos de Laura e Júnior são bastante semelhantes nesse sentido. Segundo Laura, ela sempre soube que era negra, mas por conta do racismo que viveu na infância e na adolescência dentro do ambiente escolar, iniciou um processo de negação de sua identidade: “Eu só me neguei porque tinha muito racismo e eu não queria ser *aquilo*, tanto que eu alisei meu cabelo, eu tentava – quando fazia maquiagem – afinar meu nariz, eu fazia essas coisas justamente por medo da rejeição, porque na minha escola tinha muito racismo quando eu era menor. Eu pensava: ‘Ah, eu não sou! Eu não quero ser!’”. A questão do preconceito com a aparência também aparece no relato de Júnior como um dos principais motivos para a negação de sua identidade: “Eu tinha muito preconceito com meu cabelo, com a questão de ser negro, por conta daquilo que hoje em dia é considerado *bullying*. No passado, a gente via isso como zoeira, sabe? Vou usar esse termo. Eu tentava não ligar, mas *aquilo me machucava*”.

Nesse sentido, observamos um aspecto muito comum nas respostas dos entrevistados que sofreram com o racismo, que é o estágio da negação. Souza (1983) elucida que, quando os primeiros episódios de preconceito e discriminação racial são vivenciados pelos indivíduos negros, geralmente ainda na infância, eles buscam eliminar o epicentro daquilo que causa o conflito, isto é, seus traços corporais, justamente porque pesa contra eles todo um sistema simbólico de significação estruturado a partir de elementos negativos, conforme expusemos anteriormente.

Nesse contexto, a ideia de “comunidade imaginada” proposta pelo teórico Benedict Anderson (2008) se evidencia pertinente. Apesar de o autor utilizar o conceito para pensar sobre as identidades nacionais, acreditamos que ele também nos permite pensar sobre identidades raciais, principalmente a partir do discurso de Laura, quando ela diz que iniciou o estágio de negação de sua identidade porque “não queria ser *aquilo*”. O que, afinal, Laura não queria ser? Anderson argumenta que a identidade nacional é inteiramente dependente de como a construímos socialmente, uma vez que não é possível conhecer todas as pessoas de uma determinada sociedade, como as que vivem na China ou na Argentina, por exemplo. Apesar disso, conseguimos dar algumas características a esses grupos quando somos questionados, pois ao longo de nossas vidas somos expostos a produtos culturais, como filmes, livros, jornais, fotografias, que nos aproximam e dão forma ao entendimento que temos sobre eles. As comunidades, portanto, são imaginadas. No entanto, isso se torna problemático em contextos nos quais determinados grupos são imaginados predominantemente por meio de produtos culturais que os inferioriza, como é o caso da comunidade negra no Brasil (Baptista e Rosemberg, 2018).

Voltando à fala de Laura, quando ela diz não querer ser *aquilo*, ela está justamente apontando para o modo distorcido como a figura do negro é imaginada pelo olhar do branco. Contudo, há que se questionar o modo como o negro é imaginado, pois aquilo que os brancos atribuem pejorativamente aos negros, como afirma Grada Kilomba (2019), é fruto da projeção dos medos e desejos do próprio branco sobre eles. Logo, a ideia de que brancos são os mais educados, mais inteligentes e mais bonitos e os negros são o extremo oposto não é, senão, uma ficção contada e recontada há séculos. E que tem profundos impactos na subjetividade de uma infinidade de indivíduos ainda hoje.

Dando continuidade à análise dos relatos, o psicanalista Jurandir Costa (1983) afirma que a imagem mental que cada um tem sobre seu próprio corpo é um elemento central no desenvolvimento da identidade individual, de modo que, quanto mais o sujeito tiver uma percepção positiva sobre ele, mais harmônico será o processo. Oracy Nogueira ([1954] 2007), em um estudo de campo pioneiro no país, verificou que o racismo que temos aqui é de marca, ou seja, a aparência de cada indivíduo indica as chances de ele sofrer com o preconceito e a discriminação racial; quanto mais se afastar do ideal de brancura, tanto mais será vítima do racismo, por outro lado, quanto mais se aproximar, mais gozará de privilégios oportunizados pela branquitude.

Desse modo, a tentativa de resolver o problema ocasionado pelo racismo implica, muitas das vezes, na anulação da identidade negra e na procura por outra identidade, mais branca, como foi o caso de Laura e de Júnior, que em outro momento de sua fala revelou que mantém o mesmo estilo de cabelo, raspado, há

anos. Essa escolha decorre do receio de enfrentar “críticas”, conforme ele mesmo qualifica, iguais às que ouvia nos tempos da escola.

Sobre o discurso de Júnior, um ponto importante que chama bastante atenção é sua dificuldade de nomear aquilo que lhe aconteceu como sendo resultado do racismo. Segundo Júnior, por muito tempo ele normalizou as situações de preconceito e discriminação do qual era vítima, de modo que as via apenas como “brincadeiras” ou, quando muito, *bullying*. Sua fala revela um ponto bastante mencionado em outras entrevistas, que foi a naturalização do racismo justamente buscando reduzir seus danos subjetivos, como é possível observar no seguinte trecho: “Eu tentava não ligar, mas *aquilo me machucava*”.

O tipo de racismo que Júnior ainda encontra dificuldades em compreender até hoje é o que Adilson Moreira (2019) identifica como “racismo recreativo”. Esse fenômeno se manifesta por meio de discursos que se disfarçam sob a roupagem do “humor”, permitindo àqueles que os disseminam propagar preconceitos contra grupos racializados, como negros e indígenas. Ao mesmo tempo, essa postura racista é muitas vezes dissimulada sob o argumento de que se trata apenas de uma brincadeira, fato que dificulta a sua identificação e, até mesmo, contestação, como fica evidente no modo como Júnior fala sobre o que lhe ocorreu. Muito longe de ser brincadeira, essa forma de racismo é um das que mais efetivamente adentra a subjetividade e provoca os conflitos mencionados no outro relato, justamente porque ele geralmente se manifesta na forma de desvalorização de seus atributos estéticos. Nesse aspecto, cabe ressaltar a diferença com o discurso de Laura, que demonstra uma maior organização e consciência em relação ao racismo enfrentado, atribuindo isso ao acompanhamento psicológico que ela recebe há bastante tempo.

O resultado das experiências de racismo vivenciadas tanto por Laura, como por Júnior, tende a afetar, como não podia ser diferente, sua autoestima, tornando-os indivíduos mais fechados e retraídos. Essa é justamente uma das facetas mais cruéis do racismo, pois de acordo com Souza (1983), quando o indivíduo negro internaliza que o padrão é ser branco, ocorre uma espécie de fosso entre aquilo que ele almeja ser e aquilo que ele é de fato. Na subjetividade, essa incompatibilidade se traduz em sentimentos como autodesvalorização, timidez e retraimento.

Segundo o sociólogo Carlos Hasenbalg (1979, p. 209), o racismo tende a produzir nos indivíduos negros uma internalização da imagem deformada pela ideologia racista, limitando sua motivação e seu nível de aspiração de acordo com o que é “culturalmente imposto e definido como o ‘lugar apropriado’ para as pessoas de cor”. O racismo, portanto, faz com que, por vezes, o sujeito negro limite seu pensamento e horizonte de possibilidades; em contrapartida, nos brancos a ideologia racista tende a contribuir no sentido inverso, aumentando seu nível de aspiração e a autoconfiança quando em concorrência direta com negros e indíge-

nas. Nesse sentido, vale mencionar o relato de Júnior quando questionado sobre o ingresso na universidade: “Eu não sabia que tinha capacidade de estar dentro de uma universidade, pra mim era algo fora da realidade, mas mesmo assim eu sabia que tinha que tentar, pela minha filha, minha avó”. O discurso de Laura revela a mesma descrença sobre si própria quando soube que tinha passado no curso de Direito: “A UENP sempre foi o auge pra mim dos sonhos, sabe? E que parecia, inclusive, estar muito longe. Sempre pareceu algo muito inalcançável. Quando eu passei, eu fiquei desacreditada por dois dias! Fiquei assim: ‘não é possível que eu passei!’. Na hora que eu vi que eu tinha passado eu pensei que eles tinham errado o meu nome. Eu pegava meu CPF e ficava colocando para ver se era real. Eu nem postei nas redes sociais com medo de não estar certo. Olha o nível... Juro, eu fiquei assim: ‘mãe, não posta não, vai que eu não passei!’”.

Ambos os trechos ilustram como os episódios de racismo fizeram com que eles internalizassem que, por serem negros, eles eram inferiores, indignos e incapazes de estar na universidade. Mas apesar de todo o receio, o fato de terem mulheres – mãe e avó – que os incentivava a continuar os estudos, fez com que eles tivessem coragem o suficiente para se contrapor às imagens controladoras (Collins, 2017), tentar e conseguir. Em diversas situações, como evidenciado por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron ([1970] 2014) em suas obras, membros da classe popular têm a tendência de se autoeliminarem de contextos sociais mais prestigiados, como a universidade, devido a uma autoimagem distorcida. Isso ocorre particularmente nos casos dos indivíduos negros porque, conforme destacado por Hasenbalg (1979) anteriormente, eles internalizam a falsa ideia de que não pertencem a esses espaços.

Já o caso de Janaína aparenta ser um pouco diferente. Durante nossa conversa ela explicou que o reconhecimento de sua ancestralidade é bastante recente, pois devido ao processo de embranquecimento que sua família passou, buscando se desvincular do passado, fez com que ela tivesse dificuldades em acessar esta memória deliberadamente esquecida por seus parentes mais próximos. Mesmo os membros de sua família tendo conhecimento de que são descendentes do povo Guarani Nhandeva por parte de seu avô ainda vivo, a discente confidenciou que este tema é um tabu em sua família. Este é um processo de negação cultural, uma vez que o racismo idealiza que as culturas que não são brancas são inferiores, incivilizadas e, até mesmo, do mal. A internalização de tal discurso geralmente tem como resultado a não aceitação do grupo cultural de origem e o processo de assimilação cultural do grupo branco-dominante.

A vergonha por fazer parte de um grupo considerado inferior causada pelo racismo produziu nos familiares da estudante um duplo processo na busca por: aculturação e embranquecimento. Além disso, tal escolha também encontra respaldo na lógica de que, uma vez totalmente integrados ao “mundo branco”, a vida

de seus sucessores seria mais fácil, pois eles gozariam do privilégio correspondente da branquitude. Essa atitude levou os familiares de Janaína a omitirem intencionalmente parte da história de seus antepassados indígenas, com o propósito de rejeitar qualquer influência proveniente dessa herança, facilitando assim o processo de assimilação na cultura dominante branca. A negação consciente desse legado teve um impacto profundo no desenvolvimento da identidade familiar. Os membros da família, ao internalizar a narrativa racista que rotulava a cultura dos avós como um obstáculo, passaram a negar qualquer afinidade com esse universo. Isso inclui Janaína, que durante um extenso período de sua vida adotou essa perspectiva, alinhando-se à ideia de que a cultura de seus antepassados representava um “atraso”.

A seguir, abordaremos o impacto da universidade no resgate de uma identidade apagada e no desenvolvimento da autoafirmação dos estudantes entrevistados.

Cotas na universidade: criando um ambiente propício para o desenvolvimento de uma identidade racial afirmativa

Woodward (2012), em seu trabalho, estabelece uma diferenciação importante entre o conceito de identidade, já definido aqui, e o conceito de subjetividade. Falamos sobre subjetividade em algumas partes do trabalho, mas pensamos ser especialmente relevante definir seu significado de forma mais aprofundada nesta parte do estudo. De acordo com a autora, uma questão central quando pensamos sobre identidades, sejam elas quais forem, é compreender e explicar por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem. Nesse contexto, a autora defende a inclusão da dimensão psíquica no debate. Assim como as dimensões simbólica e social, previamente discutidas, a dimensão psíquica atua de maneira colaborativa na construção e manutenção ou não de uma identidade.

Nesse horizonte, a ideia de subjetividade é essencial para explorar os sentimentos no processo de construção, contestação e reconstrução da identidade e o investimento pessoal em posições específicas. Desse modo, ela nos ajuda a compreender o porquê de alguns indivíduos, em determinados momentos de suas vidas, investiram em um tipo de identidade específica e, tempos depois, investirem em outro, como é o caso dos nossos entrevistados que, conforme demonstramos no tópico anterior, tiveram sua subjetividade lesionada pelo racismo, resultando na criação de identidades disformes. Atualmente, esses mesmos indivíduos contestam as identidades de outrora e reclamam o direito a uma identidade racial afirmativa, isto é, pautada na valorização das diferenças e não mais na sua estigmatização. Isso, entretanto, não acontece de uma hora para outra, é um processo que se inicia em diferentes estágios de suas vidas, mas que parecem encontrar na universidade um ambiente potente para o desenvolvimento desse processo. Vejamos o que eles dizem hoje sobre suas identidades.

Janaína confidenciou que assim que ingressou na universidade não tinha ainda o sentimento de pertencimento à cultura indígena, da qual sabia que era descendente direta por parte do avô paterno. Segundo ela, o processo de aceitar-se indígena foi bastante tortuoso e complexo. O desejo de se aproximar à cultura de seus antepassados foi despertado pelo contato com outros indígenas que estudavam no mesmo curso e por meio das aulas de um professor que apresentou aos discentes as comunidades indígenas da região. No entanto, apesar de ser incentivada por este professor, ela conta que foi desestimulada por uma outra professora, que lhe disse que não poderia se autodeclarar indígena em decorrência de sua cor de pele mais clara. Essa fala gerou na jovem um processo de dúvidas em relação à sua identidade: “por um momento aquilo me travou e eu pensei ‘nossa, realmente eu não posso me comparar a eles, porque não tenho a mesma experiência”.

Janaína pontua que as falas e os atos desta professora foram um grande empecilho no desenvolvimento de sua identidade indígena, pois de acordo com ela, a docente fazia questão de enfatizar que ela não podia participar das atividades que envolviam o tema e nem se enturmar com os outros discentes indígenas, porque em sua visão ela não fazia parte daquele mundo, porque a considerava “branca demais”. Sua reação, por muito tempo, foi de paralisia e inércia, “me chocou muito, porque não era assim que eu me via”, até que ela começou a fazer amizades com estudantes que partilhavam de vivências semelhantes às suas, como outros indígenas e negros. Foi a partir das conversas nos corredores da faculdade, nos debates em sala de aula e na sociabilidade universitária que ela decidiu que não daria mais ouvidos às falas da professora e que seguiria em busca de se reconectar com esta parte de sua história que sua família por tanto tempo manteve oculta.

Um fato importante nesse processo foi que o desejo em se autodeclarar indígena se reforçou após episódios de racismo explícito cometido por outros colegas de turma: “têm dois estudantes em específico, um seminarista e uma outra estudante que defendem veementemente que o racismo, tanto contra indígenas, como contra negros, não existe e que as cotas são uma ferramenta de trapaça. Então, eu fui me unindo às pessoas da minha própria turma como forma de enfrentamento, sabe?”. Desse modo, em vez de sucumbir ao racismo enfrentado na academia, o contato com outros indivíduos indígenas e negros serviu de suporte para ela ter ainda mais desejo de investir em sua identidade indígena e como forma de contestar as narrativas que eram elaboradas sobre ela. Na sua percepção, foi justamente essa vivência diversa oportunizada pela universidade que a fez se empoderar de sua ancestralidade: “eu já tinha esse desejo vivo em mim, mas foi só na universidade que eu pude externar”. Nesse caso, não apenas subjetivamente, como efetivamente, a universidade propiciou o desenvolvimento de sua identidade, pois ela conta que em uma das idas às aldeias com sua turma, ela pôde conhecer parentes: “quando

eu pude conhecer meus parentes, eu falei, ‘era isso que eu procurei durante esses 25 anos’, e naquele momento eu me reconheci, cara. Foi uma sensação de reconhecimento muito forte”. Hoje, Janaína relata que seu maior desejo é o de conhecer o cacique para que ele efetivamente a aceite na comunidade enquanto uma indígena.

Junior também reafirma a importância da universidade na sua autoafirmação enquanto um homem negro a partir do sentimento de orgulho. De acordo com o estudante, o fato de morar em uma cidade pequena e, em suas palavras, “conservadora”, limitou por muito tempo sua visão sobre o mundo e sobre si mesmo: “venho de uma cidade que é muito conservadora, de direita e tal... Lá, as pessoas afrodescendentes têm um corte de cabelo padrão, é tudo padronizado”. Dessa maneira, sua fala indica um constante medo entre os negros em sua cidade de se afastarem do padrão considerado aceitável pelos brancos, prejudicando assim suas subjetividades e preferências pessoais, uma preocupação a qual ele também foi exposto ao longo de grande parte de sua vida.

O jovem afirma, contudo, que ao entrar na universidade e se deparar com outros indivíduos negros que sentiam orgulho de seus atributos físicos, isso fez com que ele tivesse mais confiança e repensasse de maneira crítica tudo o que vivenciou e que abordava, até então, por meio de um olhar naturalizado. Diz ele: “com a entrada na universidade, eu vi que o pessoal se aceita mais; aceitam o cabelo, a cor da pele, falam abertamente sobre... Tipo assim, eu vi na faculdade um espaço onde eu pude me introduzir no meio daquele pessoal e me ver entre iguais. Vi uma identidade ali, um grupo, que eu abracei. Estar na universidade me ajudou muito nesse processo, porque você chega num lugar onde você vê mais pessoas iguais a você, que não têm vergonha, que falam abertamente, que se autodeclaram afrodescendentes, é bem legal e bem diferente (...) Entrar na universidade abriu muito minha mente. Eu entrei uma pessoa e tenho certeza que vou sair outra completamente diferente. Mudou muito a minha visão de mundo, os preconceitos que eu tinha... até contra mim mesmo. A universidade ajuda a gente como ser humano, como um todo, sabe?!”

No caso de Júnior, a mudança da qual ele fala reflete em suas práticas cotidianas, como por exemplo, no incentivo que ele dá a outras pessoas negras que, assim como ele antigamente, não acreditam em sua capacidade devido a todo racismo internalizado. Sobre isso, ele relata o seguinte caso: “Tem uma menina [negra] que se formou comigo e ela trabalha comigo atualmente. A gente é muito amigo, ela tem um filho e eu tenho uma filha, eles têm a mesma idade, com dois dias de diferença. Um dia eu cheguei pra ela e disse, ‘porque você não faz o vestibular da UENP? Lá tem vários cursos legais. Eu te ajudo’. Ela falou assim: ‘ah, eu não consigo, tenho que cuidar do meu filho’ e começou a dar mil e uma desculpas. Ela acha que não tem capacidade, igual eu achava, até eu tentar. Se não conseguisse de primeira, ia tentar de novo até conseguir. Mas vai de cada um”. Nesse sentido,

a atitude de Júnior é um indicativo de como a universidade afetou positivamente a subjetividade do estudante ao ponto de ele desejar o mesmo para indivíduos que enfrentam os mesmos dilemas que um dia ele enfrentou.

No fim da entrevista, ele foi questionado sobre o que esperava para o futuro, ao que Júnior respondeu o seguinte: “Eu pretendo iniciar a minha carreira na educação básica, né? No ensino médio e fundamental, mas eu também pretendo mais pra frente fazer um mestrado, um doutorado, fazer uma outra faculdade, quem sabe? Eu acho que o pontapé inicial foi dado, que foi começar os estudos, agora o objetivo é cada vez mais adquirir conhecimento, porque conhecimento é uma coisa que você vai levar até a sua morte, né? Ninguém tira”. Nota-se, portanto, que a mudança em sua autoimagem teve um grande impacto no nível de aspiração do estudante que, em alguns anos atrás, sequer conseguia se imaginar na universidade e hoje tem o desejo de continuar os estudos e até mesmo realizar um doutorado.

Assim como os outros, para Laura estar na universidade significa mais do que apenas a conquista de um diploma: “Eu considero uma vitória mesmo, sabe? Embora eu saiba que é só o começo de uma luta. Mas estar na universidade significa portas que vão se abrir, significa estar em um lugar representando pessoas que infelizmente não conseguem estar lá. Então eu acho que eu estou lá não por mim, mas para representar pessoas, *meu povo*, sabe? Eu acho que a palavra certa que define o que representa para eu estar na universidade é estar representando outras pessoas”.

Observa-se, portanto, uma grande inflexão no modo como a jovem lida atualmente com sua subjetividade, de forma muito mais consciente e crítica. Se há alguns anos ela estava tentando mimetizar o ser branco, buscando escapar da rejeição e ser mais facilmente assimilada pelas pessoas à sua volta, atualmente ela deseja ser ponto de referência para outras pessoas negras, para o “seu povo”, ser aquilo que ela não teve durante sua infância e adolescência, pois “não tinha muita representatividade”. Sobre todo esse processo, ela afirma: “Aí depois eu fui entender, fui pesquisar, comecei a ver pessoas que tinham o mesmo cabelo que o meu, então aí eu comecei a perceber, né? Conhecer minha cultura e entender que eu era aquilo e pertencia àquilo. E eu acho que essa fase, essa transição, foi muito mágica, sabe? Porque eu via como algo muito ruim. Eu acho que a sociedade impõe, quer colocar na sua cabeça que é errado, que é feio, que não é bonito, que não é normal ser negro, então depois de eu ter passado pelo processo de aceitação, eu voltei a ser quem eu era, porque eu entendi – com a ajuda de terapia também – que eu tinha que ser assim como eu sou, que era sobre o meu jeito, a minha essência”.

Desse modo, a autoanálise que a jovem faz sobre sua trajetória é um evidente exemplo de como as identidades são cambiantes de acordo com determinados contextos. Na infância e adolescência, por ser vítima de racismo diariamente dentro do ambiente escolar, Laura acabou por incorporar o discurso do agressor

sobre si mesma, vendo-se a partir dos olhos dele e, portanto, negando sua identidade negra. Ela começa a iniciar o processo de consciência e de retomada de sua identidade racial no final de seu ensino médio e encontra na universidade, mais particularmente em seus amigos e na terapia psicológica, um ambiente seguro para dar continuidade a esse processo.

Quando questionada sobre como se imagina no futuro, Laura afirmou o seguinte: “Eu sempre fui aquela pessoa que quer fazer a diferença, quer mudar o mundo, sempre gostei muito de liderar. E desde o primeiro ano de faculdade eu decidi que quero ser juíza, essa é minha meta. E também tem aquilo, por eu ter passado em uma universidade pública, eu me sinto no dever de retribuir isso de alguma forma à sociedade. Então eu acho que a gente já sai da universidade devendo de certo modo, então minha meta é contribuir para que de alguma forma a sociedade seja mais igual, melhor do que foi pra mim, né?!”. Novamente vemos como o resgate de uma identidade racial afirmativa influenciou positivamente a autoestima da discente a tal ponto de estabelecer como objetivo de vida se tornar uma juíza.

Conforme destacaram os três relatos dos entrevistados, a questão da representatividade se mostra essencial para o desenvolvimento de sentimentos como acolhimento e pertencimento na universidade por parte de grupos raciais marginalizados, como os negros e indígenas (Santos, 2023). A representatividade, entendida aqui como a capacidade de representar esteticamente, politicamente e socialmente determinada coletividade, na maioria das vezes, um grupo social marginalizado (Dess, 2022), e abordada pelos estudantes, diz respeito à necessidade de se verem espelhados numa posição não subalternizada dentro da universidade. Ao se depararem com colegas que compartilham experiências similares e enfrentam desafios parecidos, os estudantes negros e indígenas podem encontrar apoio e identificação, o que tende a fortalecer suas subjetividades, conseqüentemente reverberando na construção de uma identidade racial afirmativa e, portanto, auxiliando suas trajetórias acadêmicas, como aqui exposto.

Considerações finais

Todos os três relatos demonstram diferentes e complementares modos como o racismo se expressa e sua capacidade de obliterar o desenvolvimento de uma identidade harmônica em grupos que são seu principal alvo – negros e indígenas. Desde Laura, que se odiou por muito tempo por conta do preconceito e da discriminação, Junior que teve sua autoestima comprometida por conta da naturalização dos comentários racistas a seu respeito e Janaína, que teve ocultado por sua família sua ancestralidade, impedindo que desenvolvesse qualquer ligação com a cultura indígena até muito pouco tempo.

No entanto, seus relatos também apontam para a mutabilidade das identidades, que são profundamente afetadas pelo contexto no qual a pessoa está inserida. Desse modo, eles convergem ao demonstrar que a universidade, quando verdadeiramente diversa, tal como pressupõe a política de cotas, possibilita não só a afirmação étnico-racial, como também de gênero, sexual, de classe e de tantos outros marcadores que, cotidianamente, se interseccionam interferindo negativamente na vida dos indivíduos. Os relatos dos estudantes evidenciam a capacidade da sociabilidade universitária em desvelar novos horizontes aos estudantes, possibilitar o desenvolvimento mental e a ruptura com velhos dogmas e preconceitos e, assim, permitir que eles ressignifiquem aquilo que os aflige. Em síntese, a universidade, ou melhor, um tipo específico de universidade, permite aos discentes a ruptura com todo o sistema simbólico que os idealizava como sendo inferiores. É preciso enfatizar, contudo, que essa experiência de expansão de horizontes proporcionada pela universidade só é possível, em grande medida, pela implementação da política de cotas, uma vez que, antes delas o campus da UENP de Jacarezinho não era tão diversificado racialmente e, certamente, ele não tivesse o mesmo efeito positivo sob indivíduos negros e indígenas como evidenciamos neste trabalho.

Nesse horizonte, não é a universidade *per se* que permite com que os indivíduos negros e indígenas contestem as identidades pejorativas imputadas socialmente a eles e se engajem no investimento de outro tipo de identidade, mais positiva, o que possibilita isso, de acordo com os relatos coletados, é um contato diversificado com os indivíduos que fazem a universidade – estudantes, professores e demais agentes universitários. A política de cotas, nesse contexto, ao permitir o acesso dos grupos negro e indígena, cria um ambiente propício e seguro para que haja uma troca de experiências sobre assuntos que, por muito tempo, foram silenciados pelo racismo. Esse cenário é fundamental para dismantelar estereótipos e preconceitos, uma vez que a convivência entre pessoas de diferentes origens e vivências proporciona um terreno fértil para a desconstrução de narrativas negativas associadas a esses grupos. Todavia, ainda é preciso ampliar essa discussão, pois o estudo de Souza (2019) indica que os coletivos de estudantes negros são organizações que podem potencializar e amplificar esse processo de assunção. Entretanto, na instituição analisada, por não haver atualmente a existência de tais coletivos, esse processo ainda ocorre de modo muito fragmentado e individual.

Assim, a universidade, quando se torna um espaço inclusivo e diversificado por meio da política de cotas, pode atuar como um agente transformador na vida desses estudantes. Ela não apenas oferece acesso à educação superior, mas também se configura como um ambiente propício para a desconstrução de estigmas, promovendo uma reconstrução identitária mais afirmativa.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- BARIANI, Edilson. Niger Sum: Guerreiro Ramos, o “problema” do negro e a sociologia do preconceito. **Perspectivas**, v. 34, p. 193-211, 2008.
- BAPTISTA, Paulo.; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. *In*: DIJK, T. A. (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2018.
- BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- DESS, Conrado. Notas sobre o conceito de representatividade. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 1, n. 43, p. 1-30, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com o outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- FANON, Frantz. Racismo e cultura. **Revista Convergência Crítica**, n. 13, 2018.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, v. 18, n.50, p. 21-30, 2004.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005.
- NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: uma identidade nacional versus uma identidade negra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- RAMOS, Guerreiro. **Introdução à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- SANTOS, Gabriel Gustavo. **Cotas, sociabilidade e racismo: um estudo sobre as relações raciais na UENP**. 2023. 223f. Dissertação (Sociologia) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Alexsandro Eleotério. **Políticas de ação afirmativa e as construções identitárias exigidas, manipuladas e disputadas por seus beneficiários**. (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Marília, 2019.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-72.